



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

RAMON BEZERRA DE SOUZA

REPRESENTAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA ACERCA DA
DOMINAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL (1921 – 1998)

CAMPINA GRANDE

2018

RAMON BEZERRA DE SOUZA

**REPRESENTAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA ACERCA DA
DOMINAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL (1921 – 1998)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Licenciatura em
História da Universidade Estadual da Paraíba,
com requisito parcial para obtenção de título
de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro.

CAMPINA GRANDE/2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729r Souza, Ramon Bezerra de.
Representações na historiografia acadêmica acerca da
dominação holandesa no Brasil (1921 – 1998) [manuscrito] : /
Ramon Bezerra de Souza. - 2018.
23 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro,
Departamento de História - CEDUC."

1. História do Brasil. 2. Conquista Holandesa. 3.
Historiografia. 4. Representação.

21. ed. CDD 907.2

RAMON BEZERRA DE SOUZA

**REPRESENTAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA ACERCA DA
DOMINAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL (1921 – 1998)**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para à obtenção do título de Licenciado em História e aprovado em sua forma final pelo Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba.

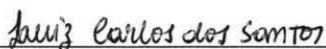
Aprovado em: 18, Junho de 2018.



Dra. Luíra Freire Monteiro
Orientadora



Dr. Flávio Carreiro de Santana
Examinador



Me. Luis Carlos dos Santos
Examinador

Aos meus pais, dedico.

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas fizeram parte da minha formação ao longo desta trajetória, mas, a algumas pessoas em especial gostaria de dedicar mais atenção. Primeiramente a minha família, que sempre me apoiou, seja com carinho, seja com palavras de ânimo ou repreensões positivas. Em segundo, gostaria de agradecer aos meus colegas de curso, colegas que vou levar no coração para sempre, diante de uma turma tão unida como foi a nossa. E por último, e talvez o mais essencial destes, aos professores, tanto da minha formação em nível básico, quanto desta aventura na jornada no grau superior, em especial a professora Luíra Freire, que com paciência atendeu as minhas dúvidas e que me orientou neste trabalho de conclusão, ao professor Matusalém, sempre receptivo e atencioso com os alunos, aos professores Adilson e Roberto, com seus conhecimentos vastos no campo da história. Enfim, obrigado a todos, por cada contribuição que deram e que me ajudaram a construir o meu eu.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1. INTRODUÇÃO	6
2. BREVE DIALOGO ENTRE AS TEORIAS DE REPRESENTAÇÃO	7
3. CONVERGÊNCIAS E PARTICULARIDADES ENTRE AS NARRATIVAS- FONTES	10
3.1. EVALDO CABRAL DE MELO E O NEGÓCIO DO BRASIL	10
3.2. GONÇALVES DE MELLO E SEU “TEMPO DOS FLAMENGOS”	14
3.3. A VEZ DE UM HOLANDÊS: HERMAN WATJEN E O SEU “DOMÍNIO COLONIAL HOLANDÊS DO BRASIL”	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
RESUMEN	21
REFERÊNCIAS	22

REPRESENTAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA ACERCA DA DOMINAÇÃO HOLANDESA NO BRASIL (1921 – 1998)

RESUMO

O presente artigo aborda a presença holandesa no Brasil e a sua influência no período de 1630 até 1654, através das perspectivas dos trabalhos de Evaldo Cabral de Mello (1998), José Antônio Gonçalves de Mello (1978) e Hermman Watjen (2004). O principal objetivo é analisar a produção acadêmica destes autores, tomando por base os caminhos abertos por De Certeau e Paul Veyne para que se compreenda a operação historiográfica. Ao mesmo tempo, nos ancoramos em Hartog (2013) e Chartier (1990), vez que nos apropriamos do conceito de Representações para entender o cerne da narrativa dos acadêmicos, cujas obras aqui são tomadas como fontes de pesquisa.

Palavras-chave: Brasil. Conquista Holandesa. Representações.

1. INTRODUÇÃO

A ideia deste trabalho surgiu a partir de um projeto de pesquisa intitulado Arquitetura do outro: Narrativas historiográficas sobre a presença holandesa na Parahyba colonial, coordenado pela Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro, que posteriormente veio a se tornar minha orientadora neste trabalho de conclusão de curso. Depois de breves modificações na prerrogativa inicialmente proposta, a área de História Cultural veio a me fascinar e me levar rumo aos caminhos da representação.

Ao analisarmos a temática sobre a presença holandesa em parte do território do Brasil, podemos perceber, salvo algumas exceções, que este recorte de pesquisa sofre com a escassez de trabalhos e de análises sobre as suas especificidades, nomeadamente no concernente ao domínio batavo na capitania da Paraíba. É inegável que tal domínio afetou e influenciou a vida da capitania no período de sua existência. Estas influências se deram por diferentes frentes, seja nas estruturas políticas e econômicas, seja também no campo do social, cultural e religioso.

A inquietação de tentar compreender esse importante evento, especialmente em relação à capitania da Paraíba, emergiu da verificação de que há muito ainda a se compreender do mesmo, embora se reconheça as enormes dificuldades de desvendar esse passado. Sabemos muito do que ocorreu em Pernambuco, cujos historiadores se debruçaram com vigor para descerrar a presença flamenga e todo o impacto que a mesma ocasionou na

rica capitania dos Coelhos e Albuquerque. Desses estudos, especialmente aquele considerado como alma mater do conhecimento sobre o tema¹, é que temos resquícios de um governo que se alastrou para a Paraíba, capitania vinculada indelevelmente a Pernambuco.

Tais resquícios, contudo, nos ajudam a perceber o enorme hiato na historiografia local sobre o tema. É de tal constatação que nasce nosso esforço de pesquisa, que parte não das escassas obras dos paraibanos. Bem ao contrário, o objetivo dessa pesquisa visa analisar a produção acadêmica de alguns autores de fora da Paraíba que tratam da conquista holandesa no Brasil². Para tal empreitada, trago três autores e três obras para a discussão, José Antônio Gonçalves de Mello em *Tempo dos Flamengos*, 1978; Evaldo Cabral de Mello em *O negócio do Brasil*, 1998 e Hermann Watjen em *O domínio colonial holandês no Brasil*, 2004.

Como cabedal teórico, buscamos dialogar com autores que tratam o tema das representações de uma maneira demasiada proveitosa. François Hartog, em sua obra *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências no tempo* (2013) e Roger Chartier em *História Cultural: entre práticas e representações* (1990), serviram à proposta do projeto, no qual utilizamos muitos dos conceitos apresentados em seus trabalhos, e que nos permitiram alcançar os objetivos traçados para a pesquisa.

Metodologicamente, a pesquisa se pautou na análise das obras elencadas como fontes, e que nos falarão a partir das representações constituídas acerca do período, objeto de nosso estudo. Tais análises como já anteriormente citadas, se pautam nas admoestações de Malerba e Rojas (2007), Caire-Jabinet (2003), Diehl (2002), Silva (2001) e Eplle et ali (2006) acerca dos cuidados a serem tomados ao se tentar analisar narrativas historiográficas.

O objeto de estudo da História é, por natureza, o homem (BLOCH, 2001), e utilizando de tal metodologia, procuramos esmiuçar como tais homens específicos produziram esses escritos sobre a dominação holandesa no Brasil.

2. BREVE DIALOGO COM AS TEORIAS DA REPRESENTAÇÃO

Quando tratamos do conceito de Representação, duas formulações básicas são possíveis: a primeira diz respeito ao termo “representar” que significa dar forma a algo que está ausente, exprimir memória a partir de uma imagem substituta de algum objeto e o figurar tal “como ele é”, como bonecos de cera; a segunda via de interpretação do conceito de

¹ Nos referimos ao “Tempo dos Flamengos”, de Antônio Gonsalves.

² Tratamos de Brasil o espaço de dominação holandesa, replicando o uso do termo difundido nos livros didáticos, embora compreendamos que a presença dos holandeses tenha se restringido às capitanias produtoras de açúcar, no Nordeste da colônia dominada por um consórcio luso-hispânico, durante a chamada União Ibérica.

representação é o de Furetière (apud CHARTIER, 1990), que insinua a representação de preceitos morais através de imagem e significação, ou até mesmo das propriedades das coisas naturais, um exemplo disto, seria a associação que algumas culturas fazem da imagem do leão como tendo um significado de coragem.

Segundo Chartier (1990), a representação e o simbolismo possuem uma influência considerável nos meios sociais e as suas interpretações servem como base para compreendermos certos tipos de comportamentos e de ações. Como bem exposto em sua obra, o exemplo da sociedade da corte, nos demonstra o quão este conceito se faz perceber quando voltamos nosso olhar com uma atenção mais pormenorizada sobre os pequenos atos de muitos dos seus membros, que aos poucos vão construindo uma atmosfera em que a aparência por vezes vale mais que o real. Neste ambiente, se configura o que ele chama de “lutas de representação”, gerando como consequência uma hierarquização social. A partir daí vemos que a História Cultural, tal como traçada e observada por ele, pode servir, em parte, para a compreensão do meio social (CHARTIER, 1990).

Os dois principais objetivos da obra de Chartier se traduzem em ilustrar um percurso intelectual, voltado para dois objetos que se complementam. O primeiro se foca nos postulados não questionados da tradição historiográfica, que sofrem uma espécie de canonização pela academia e que aos poucos vão se constituindo como espécies de “verdades”, algo que deveria ser completamente estranho ao campo da História, porque como bem sabemos a verdade não possui um estado cristalizado, mas depende das formas institucionalizadas de perpetuação. O segundo procura ligar textos e leituras no intuito de compreender práticas e ações que constroem o mundo como representação e simbolismo. O segundo serve como base para o entendimento e identificação do primeiro.

O trabalho que deveria ser do historiador, ou melhor, do campo da História, é justamente não se prender às verdades absolutas e conceitos historicamente enraizados, até mesmo, dentro da própria academia, este campo, que pode ser tratado por diversas abordagens, por sua vez pode ou não defender o conceito de verdade. A renovação de práticas, objetos e interesses é mais que importante, é essencial para se construir um conhecimento histórico mais “completo” e diversificado.

A História Cultural nasceu com essa prerrogativa, de instituir uma nova forma de observação da realidade histórica, assim como a proposta de apresentação de análise de novos objetos (vida, morte, crenças, comportamentos e representações). Essa história tem como seu principal objetivo procurar compreender como em determinados lugares, num certo período temporal, uma realidade social é construída, pensada e interpretada, assim como esta mesma

realidade, é solidificada por suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, também exprime as suas formas de interpretação sobre as suas próprias práticas e sobre as realidades alheias.

As representações traduzem sentidos, interesses e particularidades dos grupos que os forjam, por isso é imprescindível traçar um percurso dos discursos com a posição de quem os utiliza. Certeau (1982), em seu livro *A escrita da História*, nos demonstra muito bem esta questão ao tratar da importância de localizarmos o lugar social do autor, para compreendermos uma composição mais ampla dos seus escritos, ou seja, ao analisar de que lugar social, econômico, histórico e institucional o autor do discurso fala, pode ser identificado quais são os interesses que o movem e que também o reprime.

Isto posto, podemos perceber que os discursos nunca são neutros, sempre são dotados de subjetividade, por mais que se queira fugir dela (muitos historiadores tentam). Até mesmo na escolha do tema proposto para o seu estudo podemos identificar um traço de subjetividade e de intencionalidade. E tais discursos, muitas vezes, são utilizados para legitimar ou justificar algo.

Vários são os exemplos postos a nossa frente pela história, em que diversos regimes autoritários fizeram usos de prerrogativas inflamadas e salvacionistas, atingindo o âmago do espírito nacional da população ou de determinados grupos, para justificar uma determinada imposição. Ou, até mesmo, no período das monarquias absolutistas, onde os reis buscavam legitimar a sua posição através de palavras oriundas do divino, ou buscando vestígios de legitimação na sua árvore genealógica.

Não pude deixar de fazer esta análise sobre o prisma da ideia de historicidade, que se associa muito ao conceito supracitado de Certeau (1982), concernente a buscar do lugar social do autor. Aqui se faz imprescindível optar por este caminho, visto que o caráter da pesquisa é bibliográfico. O conceito de historicidade, trabalhado por Hartog (2014), nos mostra diversas formas de condições históricas, nas quais um indivíduo ou até mesmo uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo³.

Esta é a chave para entender a ideia de historicidade: ter em mente de que uma mesma coisa pode assumir representações diversas, a depender do espaço e do tempo. Trazendo isto para a pesquisa aqui proposta, busco demonstrar que diferentes autores, com diferentes lugares sociais, apresentaram as suas representações particulares, ora conflitantes, ora convergentes, ora silenciadas, sobre a presença holandesa no Brasil colonial.

³ O feudalismo, por exemplo, se apresentou de maneiras diversas na Europa. Podemos identificar “feudalismos” variando de lugar para lugar e de tempo para tempo em uma mesma região.

3. CONVERGÊNCIAS E PARTICULARIDADES DAS NARRATIVAS-FONTE

Antes de uma análise pormenorizada de cada autor, vale destacar as convergências e particularidades adotadas e identificadas nos preâmbulos desta pesquisa acerca da representação que cada um faz a respeito da dominação holandesa em parte do território do Brasil. Neste exercício, pudemos constatar que em muitos aspectos a convergência é clara, e que os três autores propostos compartilham de uma versão muito parecida.

É no sentido de facilitar a percepção de representações em comum entre os autores, e até representações divergentes, que desde já indicamos aquelas que escolhemos para nortear nossa análise. Nossas observações, assim, se pautarão em três pontos: as narrativas acerca das razões da invasão dos holandeses nesta parte da América; a atuação dos governantes, durante o período de dominação e, mais especialmente, o perfil dos holandeses, conquanto integrantes de uma nação economicamente inovadora num determinado momento histórico.

3.1. EVALDO CABRAL DE MELO E O NEGÓCIO DO BRASIL

Cabral de Melo estudou filosofia da história em Madri e Londres. Em 1992, obteve o título de doutor por notório saber pela Universidade de São Paulo pelo conjunto dos seus trabalhos, que, além de inúmeros artigos na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e alhures, incluem diversos livros publicados. Tem tido o importante papel de ampliar a ênfase da história brasileira no Nordeste, que foi a principal parte da colônia portuguesa do Brasil e que, com as revoluções de 1817 e 1824, ambas em Pernambuco, delineou, a seu ver, uma alternativa mais democrática para o País do que a monarquia bragantina sediada no Rio de Janeiro. Daí, suas críticas ao que chama historiografia "riocêntrica", que ignoraria as peculiaridades e potencialidades do Brasil que não foram cumpridas. É considerado, pelos seus pares, um dos maiores historiadores brasileiros, sendo um especialista em História Regional e no período de domínio holandês em Pernambuco no século XVII, assunto sobre o qual escreveu vários livros⁴.

⁴ Como *Olinda restaurada* (1975), sua primeira obra, *Rubro veio* (1986), sobre o imaginário da guerra entre Portugal e Holanda e *O negócio do Brasil* (1998), que se mostra um importante ensaio desmistificador de que apenas através da força o Nordeste foi recuperado dos neerlandeses no século XVII por Portugal.

*O negócio do Brasil*⁵ é um tratado sobre diplomacia e economia internacional compreendidos no período e evidencia muito bem a visão que o autor formulou acerca das partes negociantes. Pelos conflitos com a Espanha, portugueses e neerlandeses seriam aliados num aglomerado antiespanhol, porém, devido à falta de vontade, por parte dos batavos (termo empregado pelo autor em algumas menções do texto) em devolver os territórios conquistados, essa relação iniciou com certas desconfianças de ambas as partes. A pura falta de interesse dos neerlandeses na devolução dos territórios conquistados foi bem explícita por Mello, o qual a W.I.C não abria mão, já exibindo a visão de holandeses ambiciosos e perspicazes.

Nossa análise demonstrou que Cabral de Mello trata em sua obra, a partir da perspectiva de que a dominação desta determinada parte do território brasileiro se pautou nos conflitos com a Espanha, e conseqüentemente sobraria para os territórios coloniais português, diante da União Ibérica. Para além disso, outro fator importante seria a real possibilidade de lucro enxergada pelos holandeses no território, os quais investiram na tentativa e na efetiva dominação, visto que, segundo autor, eram tidos como supremos nos mares.

Sua tese é de que a ocupação foi o primeiro risco real de desfragmentação da América portuguesa. Trabalhando com os fatos e também com as possibilidades do que poderia ter sido, defende que o desfecho favorável aos colonos, longe de ter sido apenas uma vitória militar, foi um jogo diplomático e de compra do território. Para além de 1654, as negociações perduraram, mostrando que a expulsão dos holandeses foi algo que se resolveu localmente, mas no âmbito diplomático mundial a situação ainda não tinha encerrado.

Cabral de Mello transparece o quão dinâmica era a economia neerlandesa, tanto na questão do comércio marítimo, como em relação à conquista de território e formação de colônias. Sobre a questão marítima, é importante lembrar que a frota de navios dos Países Baixos abarcava um número alto, e que dominava a navegação entre Portugal e a América Portuguesa. Através da descrição das relações políticas nos Países Baixos, podemos estabelecer um viés de análise acerca de como o autor rege o seu direcionamento de reflexão sobre a figura do neerlandês.

Demonstrando os diversos conflitos internos, seja do domínio da província da Holanda em relação às demais, seja também na representação do interesse que os Oranges, o clero calvinista e as camadas orangistas tinham de intervir mais livremente no comércio do báltico. Ao que parece, havia uma linha mais dura nos Estados Gerais, que eram contra a paz com a

⁵ Obra que teve sua primeira edição publicada em 1998, e que trata acima de tudo, das relações diplomáticas entre os Países Baixos e Portugal, em que o autor deixa claro que a retomada do Brasil, para além das conquistas obtidas por lutas internas, se deu através de acordos de compra e venda do território.

Espanha, e outra mais maleável. Existiam divisões crônicas nos Estados Gerais e nos Estados da Holanda. E tais divergência, segundo Cabral de Mello, traduziram-se em conflitos de ideias, atrasos nas demandas de reforços e nos envio de mantimentos, assim como nas premissas de direção dos encarregados para administrar o território, principalmente pós-governo Nassau.

A perspicácia e ao gênio prático dos neerlandeses foi também posta em pauta na obra, principalmente, no que visa à formulação de estratégias de conquista de território, causando certos atrasos nos acordos de trégua e paz, dando tempo para que as Companhias adquirissem novas possessões. As reclamações portuguesas eram pouco atendidas, Cabral de Mello cita em seu texto o discurso de um diplomata português: “desprezando o pouco dano que podem receber das nossas armas, fizeram pouco caso das nossas queixas.” (MELLO, p. 39). Nessa passagem podemos identificar o quão poderoso na época se fazia a marinha dos Países Baixos. Uma passagem de Padre Vieira também nos serve como demonstrativo desse poderio: “O seu poder é o maior do mundo”. É evidente no texto que os holandeses detinham supremacia marítima e sabiam utilizar esta supremacia, assim como a fama oriunda dela, a seu interesse.

Parece ao autor que os neerlandeses aproveitaram a intencionalidade portuguesa de um acordo contra a Espanha, para beneficiar-se na conquista de territórios no ultramar. A hostilidade batava era evidente. Com relação à situação da Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C) é demonstrado sua crise no momento abordado no texto, companhia criada a partir da iniciativa de flamengos calvinistas e brabantinos, ela foi tornando-se intransigente no que concerne ao negócio do Brasil, atitude que podemos identificar como um artifício de impor exigências através da estimativa de superioridade em relação ao reino português. A guerra no Brasil fez-se perceber certo desejo de vingança dos batavos contra o reino.

Cabral de Mello nos mostra bem as intencionalidades do embaixador português em Haia, Sousa Coutinho, de querer subornar algumas peças-chaves do governo neerlandês em prol do negócio do Brasil. Segundo Mello (1998):

“Consoante a sabedoria convencional, uma república de mercadores não hesitaria em sacrificar a honra nacional à vantagem particular, motivo que confortava a todo mundo em Lisboa, embora, na realidade, o governo neerlandês fosse tão cioso da perda de face quanto qualquer monarquia” (MELLO, 1998, p. 68).

Diante dessa citação, podemos estabelecer uma reflexão de que, sob o ponto de vista do autor, até mesmo pela escolha da fonte utilizada, os neerlandeses apesar de todo o caráter comercial e financeiro da sua república, se apegavam a boa imagem e a honra do governo,

com as devidas ressalvas. Tais ressalvas se fixam no fato de muitos cargos importante também serem ocupados por corruptos, além do fato de que, muitos embolsavam os subornos, mas não obrigatoriamente cumpriam com o seu lado da barganha. Mesmo se constituindo de uma república de comércio, os neerlandeses se importavam com a sua reputação. Nos mostra o texto que diante dos sucessos dos insurretos, percebeu-se que os ânimos antilusos se modificaram para um entendimento de que um acordo era necessário. Cabral de Mello (1998) chega a mencionar os neerlandeses de “brios ofendidos” e “brios batavos”.

Apesar da dianteira portuguesa no Brasil, as exigências feitas pelos Estados Gerais continuavam altas, fato que o autor justifica pela superioridade militar e naval nos Países Baixos. Os Estados Gerais se achavam no apogeu de seu poderio. Sobre os acordos debatidos, Mello cita que “discípulos de Maquiavel, os neerlandeses não poderiam ser considerados parceiros confiáveis”. Essa falta de confiança nos neerlandeses é explicitada pelo autor muitas vezes no texto, assim como a sagacidade também é evidenciada, em ameaçar (com blefes) de entrar em guerra contra o reino de Portugal, para obter concessões através do receio português de enfrentar Países Baixos, o que o autor chama de manobras de intimidação. Segundo o autor, as diversas derrotas para os ingleses demonstraram a vulnerabilidade estratégica e econômica dos Países Baixos às investidas bélicas. Diante da propensão da aliança luso inglesa, Mello (1998) cita que:

“Era ideia corrente nos círculos diplomáticos, de ser o inglês aliado mais confiável do que o neerlandês, de vez que a tomada de decisões sob a ditadura cromwelliana ou depois sob a monarquia restaurada, era mais eficiente e rápida do que a bagunça confederativa dos Países Baixos” (MELLO, 1998, p. 178).

Cabral de Mello faz uma representação acerca dos neerlandeses onde pouco foi identificado em aspectos de figuras individuais, embora ainda apareçam no texto em que os órgãos administrativos do governo são mais ressaltados, que em nossa análise, os vemos como reflexos dos neerlandeses. Diante dessa prerrogativa, podemos concluir que a visão que o autor direciona sobre os batavos é que se constituíam numa república com grande influência comercial e naval, que tinha um destaque enorme no período, e que usavam essa imagem de potência em seu favor.

O aspecto do neerlandês que sabe aproveitar determinadas situações foi posta pelo autor, e a quebra da crença de que homens comerciais não ligam com a honra do Estado (até certo ponto) foi quebrada no texto, traçando um perfil de holandês condizente com uma generalização feita a partir de uma república de mercadores. As exigências, por vezes, intransigentes, as diversas divergências e o individualismo de suas províncias foi um alvo que Cabral de Mello atingiu, assim como também ressaltou o grande oportunismo (no sentido

bom e no ruim da palavra) e no fato de não serem confiáveis. Outra característica evidenciada no texto foi o grande orgulho e o sentimento de vingança e retaliação que possuíam. A atuação particular dos governantes da colônia não foi trabalhada em detalhes no texto, sendo esta uma opção do autor, diante do objeto da sua pesquisa, tendo mais enfoque a questão das divergências entre as diversas províncias dos Países Baixos, e como tais conflitos afetavam na tomada de decisões e nas negociações.

3.3. GONÇALVES DE MELLO E SEU “TEMPO DOS FLAMENGOS”

José Antônio Gonçalves de Mello nasceu no Recife em 1916. Fez os estudos secundários no Ginásio Pernambucano, do Recife, e no Ginásio Anglo-Brasileiro, localizado no Rio de Janeiro. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1937, tornando-se funcionário do IPASE⁶. Foi eleito presidente do Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais no decorrer dos anos de 1950 e 1951. Lecionou no curso de História da América na UFPE assim como em Paleografia, no Curso de Biblioteconomia da mesma Universidade, de História do Nordeste, no Instituto de Ciências do Homem, também da mesma Universidade, do qual foi Diretor durante os anos de 1964 e 1969. Tornou-se “Privaat Docent” da Universidade Governamental de Utrecht, na Holanda, entre os anos de 1957 e 1958. Foi encarregado da missão de pesquisa histórica pela UFPE em Portugal e na Holanda, França, Inglaterra e Espanha. Também foi membro do Conselho Universitário da UFPE, sendo posteriormente premiado pelo Conselho de Curadores e louvado pelo Conselho Universitário da UFPE pelas pesquisas realizadas na Europa.

Tempo dos Flamengos (1978), foi publicado pelo CEPE, em 1978, compondo o décimo quinto volume da Coleção Pernambucana. Trata-se de um estudo que se destacou pela audácia do autor, que se destinou a aprender o idioma holandês para ler a documentação produzida⁷ quando da dominação das zonas de produção açucareira da colônia luso-hispânica.

O próprio título da obra destoa da historiografia sobre o tema até então, que usava o termo “holandeses” para identificar os povos bálticos que aqui estiveram, homogeneizando-

⁶Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

⁷ Com relação às fontes utilizadas por Mello, este livro foi escrito utilizando-se a documentação copiada na Holanda em 1885-1886, em confrontação do material com os textos existentes no Algemeen Rijksarchief da Haia. Tal documentação tem caráter de fontes manuscritas, fontes impressas, de certos materiais subsidiários, fazendo uso de fotografias e imagens.

os⁸. Gonçalves, por sua vez, escolheu nominar os novos colonizadores como flamengos para designar os holandeses⁹.

O autor nos apresenta um quadro sobre o início da dominação holandesa no Recife, em Olinda e na Ilha de Antônio Vaz, onde fica evidente o seu enfoque de cunho social. Gonçalves de Mello, em seu texto nos apresenta uma visão teórica diversificada, sob um olhar mais atento. Tal diversificação teórica nos é apresentada já nos primeiros capítulos, onde focaliza os seus estudos num ponto de vista mais urbano, na constituição das cidades de Recife, Maurícia e Olinda (localizações geográficas privilegiadas para uma efetiva dominação, na visão dos holandeses). A partir deste enfoque dado pelo autor, pudemos corroborar a perspectiva do mesmo a respeito das motivações que levaram os conquistadores holandeses a escolherem esta área do continente americano para efetuar a invasão. Onde destaca-se, em resposta, os conflitos com a Espanha, que passou, através da União Ibérica, a ser detentora das colônias portuguesas, tornando tais colônias alvos para o inimigos espanhóis. Explicita o autor que diante da supremacia marítima e do forte interesse na lucratividade obtida através das terras brasileiras, os holandeses ingressaram rumo ao domínio do território. Motivação também percebida por Cabral de Mello.

Por motivos de distanciamento temporal, a formação das fontes analisadas pelo autor é de caráter “oficial”, ou seja, fontes escritas e muitas delas oriundas do governo, pois existe pouco contato com fontes que possibilitam um maior conhecimento sobre as pessoas tidas como “comuns” do período da dominação holandesa. Mesmo o autor fazendo uso de imagens e fotografias, ainda existe uma carência nesse sentido.

Em alguns capítulos, Mello (1978) vem tratando sobre os aspectos articulatórios entre a dominação holandesa e o trabalho escravo durante o seu domínio. A Holanda, no decorrer do processo de colonização, participou ativamente do tráfico de escravos, mesmo que, segundos os documentos, muitos holandeses fossem contra esta prática. A frase do padre Vieira retrata bem a necessidade que o escravo tinha na colônia holandesa, ao dizer que “sem negros não há Pernambuco”, ou seja, sem escravos não há açúcar, não há lucro, e o autor evidencia bem a sua visão representativa, ao expressar o gênio comercial do conquistador

⁸ Os Países Baixos são frequentemente chamados de Holanda, o que é tecnicamente impreciso, já que as Holandas do Norte e do Sul são duas de suas doze províncias. Os neerlandeses formam o grupo étnico predominante nos Países Baixos e são geralmente considerados como um povo germânico. São popularmente, mas incorretamente, chamados "holandeses", configurando-se uma metonímia (transnominância, uso de um termo por outro, graças à relação de semelhança ou de associação entre ambos). **Batavos**, do latim *batavi* foi a designação dada durante o Império Romano aos povos germânicos que habitavam a região do delta do rio Reno, a **Batávia**, que corresponde aproximadamente o território dos atuais Países Baixos.

⁹ Os Flamengos (em neerlandês: *Vlaming*) são um grupo étnico germânico que fala a língua holandesa. Eles são encontrados principalmente na região contemporânea de Flandres. São um dos dois principais grupos étnicos da Bélgica, sendo, o outro, os francófonos valões. A definição de "flamengo" não foi sempre a mesma. No início, só os habitantes do condado da Flandres eram chamados de flamengos. Com o tempo, o termo passou a ser aplicado a todos os falantes de neerlandês que moravam no norte da Bélgica.

batavo e sua busca pela lucratividade, e para obtenção desta, fazendo uso extremo da mão de obra escrava.

No que se refere à escrita a respeito da relação dos flamengos com os indígenas, o autor demonstra que o principal interesse dos Países Baixos pelo Brasil era o lucrativo comércio de açúcar lastreado nos engenhos localizados no Nordeste. Para obter o controle sobre esses engenhos era necessário o domínio do território, e, para tanto os holandeses traçaram estratégias para a invasão das terras portuguesas, muito antes da época em que tal fato efetivamente ocorreu, mostrando o autor, que o holandês era um exímio estrategista e que sabia aproveitar oportunidades, assim como as vantagens que certas relações com os nativos poderiam trazer. Por volta de 1624, Manoel de Moraes, jesuíta que depois se tornou calvinista e se mudou para Holanda, forneceu dados para os holandeses sobre a população indígena e, ainda, recomendou que o tratamento com os índios devesse ser mais liberal do que com a população negra (escravos africanos).

Segundo ele, “a religião seria um elemento fundamental para a conquista do território”, a exemplo do que havia feito os jesuítas, acrescentando que a evangelização (calvinista) seria uma aliança política com indígenas para fins militares, na luta contra os portugueses. Assim, em 1625, começou a ser colocado em prática um plano, que ao final de tudo apresentou-se bem sucedido. Seis índios foram levados para Holanda onde, além de aprenderem a língua, foram doutrinados e se “converteram” ao calvinismo.

Quando os holandeses conquistaram Pernambuco, esses índios, que passaram 5 anos na Europa, foram mandados de volta e funcionaram como interpretes e líderes na luta contra os portugueses. Para os holandeses tais índios não eram “amigos”, mas apenas parceiros na luta contra os portugueses para a conquista do território que possuía interesse econômico, sendo usados como instrumento, já que a exploração do açúcar, pela Companhia das Índias Ocidentais, era um grande negócio. Holanda (1963), em *Raízes do Brasil*, fala sobre as tentativas de atrair os indígenas para a fé reformada, mas completa que os holandeses escravizavam e vendiam os índios brasileiros nas Antilhas. Assim, faz-se necessária uma visão crítica e isenta de “nuanças cor-de-rosa” para análise de fatos históricos, os indígenas foram tratados, tanto pelos portugueses como pelos holandeses, apenas como mais um instrumento de conquista do território que se mostrava economicamente viável.

O perfil de holandês corrupto, apto a obter vantagens pessoais através dos meios administrativos na colônia também foi apresentado na obra. Um exemplo disto é o alto preço dos alugueis nas cidades conquistadas, onde membros da administração do governo detinham o controle, provendo-se das melhores moradias e embolsando moedas em troca de favores.

Baixa de preços e demarcação para construções em locais vantajosos para o comprador era algo comum. A câmara dos Escabinos, também apresentada pelo autor, traduz outro perfil característico do conquistador, o de estrategista, ao tomar decisões que abalassem o poder das aristocracias locais, se auto fortalecendo ao mesmo tempo.

Apesar das limitações das fontes utilizadas para se estudar o período, o autor faz um importante estudo para a reflexão do entendimento da dominação holandesa em Pernambuco. A representação feita pelo autor da figura do holandês é semelhante à de Evaldo Cabral de Mello (1998), tanto no sentido da escolha deste território específico da América para iniciar a dominação, quanto no que concerne ao gênio comercial, astuto e estrategista do neerlandês, sabendo aproveitar as situações que se apresentam a sua frente, utilizando-as para estabelecer vantagens, tanto comerciais, como também políticas, culturais, religiosas e sociais.

3.4. A VEZ DE UM HOLANDÊS: HERMAN WATJEN E O SEU “DOMÍNIO COLONIAL HOLANDÊS DO BRASIL”

O terceiro a passar por nossa análise é Hermman Watjen, em sua obra *O domínio Colonial Holandês do Brasil* (2004), originalmente publicada em 1921. O texto divide-se em três partes: a primeira sobre os aspectos históricos e políticos; a segunda sobre as questões administrativas e culturais; e a terceira, sobre a vida material e econômica¹⁰.

Com relação a tais fontes, constituem-se como tais, na análise do historiador alemão, manuscritos inéditos do Arquivo Real em Haia (atas), cartas, papeis do arquivo da W.I.C, Nótulas secretas, protocolos da câmara zelandesa, atos de sessões do conselho dos XIX, também faz uso de literatura histórica, como panfletos, autores ingleses e literatura alemã.

Podemos verificar que é bastante explícita na obra a visão de que o autor desenvolve a respeito da W.I.C e do sentimento de busca da lucratividade pelos neerlandeses, fato já visto nos dois primeiros autores analisados nesta pesquisa. “Os neerlandeses tinham ânsia de expansão” (WATJEN, 2004, p. 68). E para contribuir com tal empreendimento de expansão, Willem Usselinx teve a ideia de criar Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C), com o objetivo de fundar colônias e promover a prosperidade nacional.

Porém, segundo as fontes analisadas por Watjen, pouca importância foi dada a esta instituição, pelo menos de início, já que o foco era o oriente. O descaso da W.I.C com as tripulações enviadas para o ocidente é um fato que possui muita recorrência nas fontes, a

¹⁰ José Honório Rodrigues chega a tecer comentários sobre a obra que, segundo este, é a melhor produção sobre o tema, apesar de que temos que completá-la, e assiná-la para a clara parcialidade na escolha das fontes de Watjen.

chefia sempre se mostrava omissa no envio de recursos, “os florins giravam três vezes entre os dedos antes de serem gastos” (WATJEN, 2004, p. 194). O autor cita diversas vezes as más condições das tropas neerlandesas. Mais uma vez, podemos identificar traços da subjetividade de Watjen no texto, ao se referir aos diretores da companhia como ambiciosos, inescrupulosos, com insaciável fome por lucros. (WATJEN, 2004,).

Outro aspecto importante trazido pelo autor se refere à religiosidade, mais especificamente aos conflitos religiosos, e como estes foram utilizados pelo conquistador holandês a seu favor. Cita o autor que apesar da promessa de liberdade religiosa, católicos e judeus eram duramente reprimidos. Mas, é bom deixar claro que não houve generalizações, como por exemplo, Maurício de Nassau, que soube utilizar muito bem a ferramenta do respeito à religião alheia a seu favor. Muitos dos conquistadores também tinham em mente o tratamento amigável dado aos habitantes, onde o autor deixa bem claro que se trata de um jogo de interesses. “Utilizando a liberdade religiosa para ganhar as graças e fazer com que voltassem a produzir.” (WATJEN, 2004, p. 345). O caráter oportunista e estrategista do holandês é muito bem representado com relação ao jogo no âmbito religioso, assim como, na relação com os nativos. A intermediação com os indígenas também é abordada por Watjen (2004), demonstrando o espírito oportunista dos neerlandeses, em utilizarem a amizade efetuada com os nativos para satisfazerem seus interesses.

Com relação aos portugueses, o que identificamos é que o sentimento era de desdém. É interessante perceber que a noção de representatividade do outro, o português e o holandês, se faz de forma parecida no que concerne à confiança, tanto o holandês é expresso como sendo de um povo em que não se deve confiar como também o sentimento por parte dos neerlandeses contra os portugueses era de que eles não eram confiáveis. Com relação aos escravos, Watjen (2004) demonstra que eram vistos pelos neerlandeses apenas como uma mercadoria, e que eram tratados de forma diferente dos indígenas.

A representação que o Watjen faz da presença holandesa no Brasil é dotada de subjetividade e de opiniões particulares do autor, chegando a dizer que o Brasil deveria agradecer aos holandeses, pelos progressos culturais e econômicos oriundos da conquista. A soberania dos mares visto em outro autor, como Mello (1978), foi tratada na obra, com o adicional informativo de que eles sabiam fazer uma boa “propaganda” dos seus feitos, grande alarme faziam os holandeses dos seus feitos marítimos. Noutra passagem do texto, se refere a feitos de guerra dos comandantes marítimos neerlandeses como “brilhantes” e “impetuosos”. Fica muito clara a visão do autor de que o holandês eram um exímio navegador, dotado de coragem e impetuosidade.

O traço específico desse autor, ou seja, que o diferencia dos demais autores abordados nesta análise, é a representação feita pelo mesmo da figura de João Maurício de Nassau-Siegen. Diante de uma má administração, ocasionando várias perdas e derrotas na nova colônia,

“Cada vez mais alto ressoou do Brasil o clamor por um homem forte, até então o conselho dos XIX fizera ouvidos de mercador a esse grito de desespero. Agora não lhe era mais possível cerrá-los por mais tempo [...] Foi decidido mandar a Pernambuco um general com amplos poderes e nomeá-lo governador. Que reunisse as qualidades de soldado e estadista [...] Escolheram o Conde João Maurício, não podia ter sido mais feliz a escolha.” (WATJEN, 2004, p. 137-138).

A admiração de Watjen (2004) pelos feitos de Maurício de Nassau fica exposta claramente em sua obra, nas diversas passagens que enaltecem o Conde e dão o ar da sua representação. Esta representação se refere tanto ao seu governo como também ao da pessoa em si. Na página 28, temos falando sobre “o esplendor de Pernambuco sob o governo do Conde”, na página 30 o autor expõe a sua opinião sobre ele, chamando-o de “magnânimo varão, dotado de qualidades tão raras”, “nobre personalidade e abençoada atuação”. Isto se enquadra na representação dos governantes, feita pelo autor, onde o Conde era tipo como exemplar, com todos os atributos de um líder nato e um exímio administrador, enquanto seus sucessores procederam diversos fracassos administrativos.

Durante o governo do conde, Watjen (2004) traz diversos traços de sua opinião particular e de fatos que ocorreram na colônia neste período, assim também como a representação feita por holandeses que trabalhavam na administração da colônia, onde é citado que estes eram extremamente corruptos e gananciosos. O autor nos emboça que diante disso, Nassau transpunha seu “pulso firme, com uma vontade de ferro, uma resoluta natureza”. Os portugueses e índios pegaram confiança no conde, onde o mesmo se fazia prudente, resguardado e severo quando preciso.

Inclusive, outro autor também faz notar à relação de Nassau com outras classes sociais, Watjen, em sua obra, cita Feist (1998), onde este faz menções a abordagens sobre a relação dos holandeses e os escravos, principalmente quando trata do governo de Maurício de Nassau, ao qual nos quer transpassar um compromisso de tal figura com as diminuições de abusos dos senhores para com seus escravos. Punia sem contemplação os excessos dos soldados e empregados holandeses. Tão bem visto era o conde, que na sua partida todos sentiram, sendo feitas petições e apelos. (WATJEN, 2004).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das obras analisadas, foram identificados aspectos das representação da figura do conquistar holandês no Brasil feito por diferentes autores. Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonçalves de Mello e Hermman Watjen, traçam um perfil bem definido de suas visões, e podemos, através de seus escritos, perceber como os holandeses foram vistos nestes períodos por tais autores. Muitas das suas perspectivas se coincidem, como, por exemplo, a supremacia marítima, a audácia, o forte interesse nas relações com indígenas e com a população local, a utilização como objetivação dos negros africanos, as motivações que levaram a dominar tal parte do território americano e o perfil dos holandeses que trabalhavam na administração da colônia.

Um aspecto convergente nos três autores diz respeito ao senso comercial dos holandeses e sua insaciável fome pela lucratividade, ao qual é tratada em diversos exemplos no decorrer das narrativas abordadas. Além disso, o gênio oportunista e estrategista é muito bem desenvolvidos pelas três obras, principalmente no que se refere ao relacionamento com os indígenas, as negociações diplomáticas (no caso de Cabral de Mello) e também com relação às estratégias de controle de possessões na colônia (concessão de liberdade religiosa, por exemplo). Outro ponto semelhante das análises se apresenta a forte influência marítima que os holandeses exerciam na época da dominação, onde os mesmos eram visto, como cita Watjen, os soberanos dos mares, e os quais é a atribuída a característica, por Cabral de Mello, do gênio prático de seus marinheiros e comandantes.

Nos pontos particulares, a análise de Cabral de Mello diverge das demais por se tratar de uma obra com uma forte pretensão de abordagem das relações diplomática. A partir desta característica, dificilmente o autor traz análises particulares de indivíduos, mas sim aspectos gerais do governo neerlandês, mas que ainda sim torna-se viável a proposta desta pesquisa sobre a representação que o mesmo faz da figura do holandês. Já Gonçalves de Mello, diverge no sentido de dar um enfoque voltado para o cunho social, é nele que vemos diversas descrições das péssimas condições de vida dos colonos, assim como a dos marinheiros a trabalho pela W.I.C. Watjen, traz seu traço particular dos outros autores no que se refere as descrições, com extrema subjetividade, do Conde Maurício de Nassau, o qual é elogiado constantemente pelo autor, tanto nos seus aspectos pessoais, quanto na administração que desenvolver na colônia.

Mas, outros traços se fazem específicos, principalmente na obra de Watjen, onde o mesmo entrega diferentes versões do holandês. Ora, um holandês corrupto, disposto a se vender em troca de interesses pessoais (funcionários da administração colonial), ora, interesseiros e ávidos por lucros e mais lucros (Diretores da W.I.C), ora bons administradores, prodigiosos líderes e magníficos seres (Maurício de Nassau). Contudo, mesmo Watjen, traz muitos aspectos semelhantes aos apresentados por Evaldo Cabral e Jose Antônio, como a habilidade e presteza marítima, o espírito oportunista e ávidos pela lucratividade.

Através desta análise, pudemos constatar o variado arsenal de representação que o holandês é interpelado pelos três autores propostos, mostrando diversas nuances de um mesmo povo, promovendo um melhor entendimento do conceito de heterogeneidade em relação a este tema. Ora divergentes, ora convergentes, ora singulares, a representação que pudemos identificar em cada um dos autores nos mostra traços marcantes e delineados de um povo que exerceu uma influência considerável no mar e em território brasileiro, versando sobre suas razões, suas administrações e perfis característicos.

REPRESENTACIONES EN LA HISTORIOGRAFÍA ACADÉMICA A CERCA DE LA CONQUISTA HOLANDÉS EN BRASIL (1921 - 1998)

RESUMEN

El presente artículo trata sobre la presencia holandesa en Brasil y su influencia en el período de 1630 hasta 1654, a través de las perspectivas de los trabajos de Evaldo Cabral de Mello (1998), José Antônio Gonçalves de Mello (1978) y Hermman Watjen (2004). Con el objetivo principal de analizar la producción académica de estos autores que discuten sobre la conquista holandesa en Brasil. El trabajo fue realizado a partir del análisis bibliográfico y está pautada en los aportes teóricos de los siguientes estudiosos: Hartog (2013) y Chartier (1988), trabajando el concepto de representaciones. Ante los libros analizados podemos reflexionar acerca de los aspectos de las representaciones de la figura del conquistador holandés en Brasil, hecha por los autores anteriormente citados.

Palabras-clave: Brasil. Conquista Holandesa. Representaciones.

FONTES

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil:** Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669. 2. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos:** Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil. 2. Ed. Coleção Pernambucana. Governo

do Estado de Pernambuco. Secretária de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. Recife, 1978.

WATJEN, Hermman. **O domínio Colonial Holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. Coleção: serie 350 anos restauração pernambucana - Vol. 7. 3. ed. 2004.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. O Mundo como Representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 61-78.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. – Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FEIST, Hildegard. **Pequena história do Brasil holandês**. São Paulo: Moderna, 1998.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e Experiências Do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1963.

MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. – Bauru, SP: EDUSC, 2002.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. – Bauru, SP: EDUSC, 2001.